



Observatório da Oposição

11 DE NOVEMBRO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 72



A crise de credibilidade da mídia americana: Impactos e reflexões pós-vitória de Donald Trump

MAKE AMERICA GREAT AGAIN!
2024

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Página

A crise de credibilidade da mídia americana: Impactos e reflexões pós-vitória de Donald Trump

01

A vitória de Trump e a dicotomia no posicionamento do governo brasileiro

07

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Loteamento de Cargos no Governo Federal

09

O Novo Capítulo das Pedaladas na Telebrás

12

3

ECONOMIA

Os riscos e a urgência do pacote de gastos do governo

15

4

AGRO

PL dos Bioinsumos: Urgência na aprovação para o futuro sustentável da agropecuária brasileira

19



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A crise de credibilidade da mídia americana: Impactos e reflexões pós-vitória de Donald Trump

A crescente desconfiança dos norte-americanos na mídia, acentuada após a vitória de Trump, expôs a desconexão entre a cobertura jornalística e a realidade percebida pela população. A mídia tradicional enfrenta críticas por supostamente manipular narrativas para atender agendas específicas. A crise de credibilidade da imprensa americana serve de alerta para o Brasil, onde o distanciamento da realidade pela mídia tem afetado também o cenário político e a confiança pública.

✔ Vitória de Donald Trump

O resultado da disputa foi informado por: The AP



226
Harris

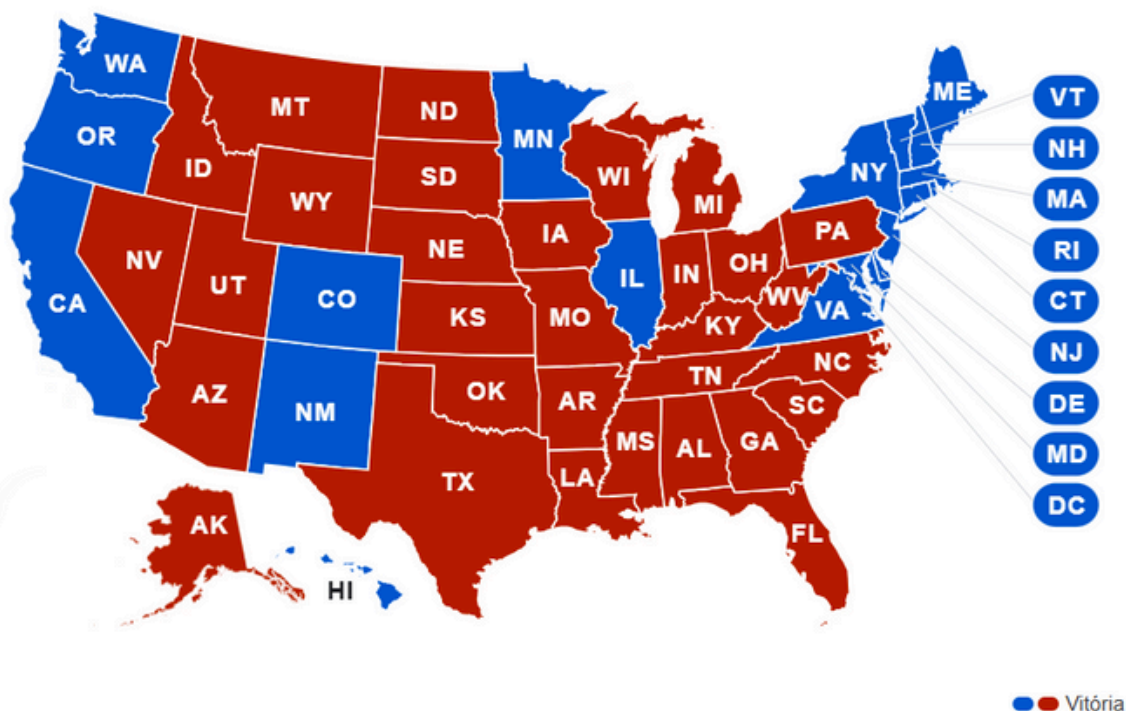
270 para ganhar

312
Trump

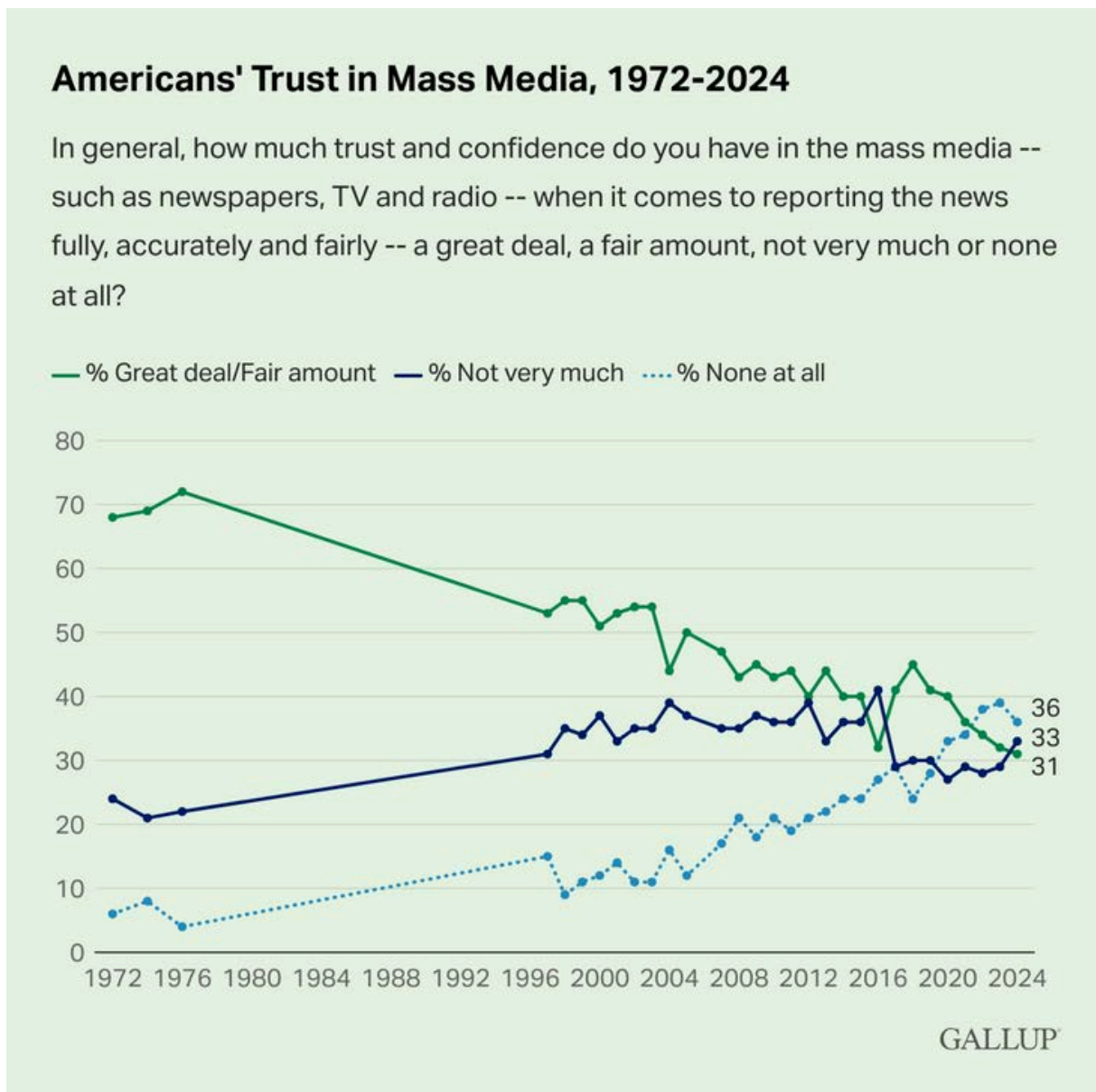


71.259.676 votos (48%)

74.847.542 votos (50.4%)



- A vitória de Donald Trump nas últimas eleições presidenciais norte-americanas expôs uma ferida latente na sociedade americana: a desconexão entre a cobertura midiática e a realidade percebida pelo público. Há anos, a confiança da população na mídia dos Estados Unidos vem caindo, **chegando ao nível mais baixo dos últimos 52 anos**, segundo levantamento recente. Esse fator levanta questionamentos profundos sobre o papel da mídia e seu impacto na formação da opinião pública, especialmente quando a narrativa promovida parece não refletir a realidade cotidiana.



- A [pesquisa da Gallup](#) revela que a confiança dos americanos na mídia continua em um dos níveis mais baixos já registrados. **Somente 31% dos adultos dizem confiar “muito” ou “razoavelmente” na precisão e imparcialidade das notícias**, um índice que reflete uma tendência de queda acentuada nos últimos anos.

Desconfiança Recorde e a Percepção de Manipulação Midiática

- A mídia, historicamente vista como o “quarto poder” e fonte confiável de informação, enfrenta hoje um ceticismo alarmante. Conforme a pesquisa mencionada, apenas uma pequena parcela dos norte-americanos confia nas notícias que consome, e isso se acentuou nos últimos anos com uma série de controvérsias. Esse descrédito não apenas reflete o desencanto do público com a mídia, mas também evidencia uma percepção crescente de que a cobertura jornalística busca moldar narrativas ao invés de reportar fatos com imparcialidade.
- Um episódio marcante dessa desconexão foi protagonizado pela CNN há alguns anos, quando uma reportagem descreveu um protesto como “pacífico”, enquanto o cenário ao fundo mostrava chamas e destruição. Esse contraste acentuou a percepção pública de que parte da mídia estaria **manipulando os fatos para se alinhar a determinadas agendas**. A imagem gerou uma [onda de críticas](#), alimentando a tese de que os principais veículos de comunicação distorcem a realidade para atender interesses específicos.



[Vídeo na íntegra, no X.](#)

- Já nas eleições presidenciais de 2024, talvez o episódio que mais marcou tenha sido [a cobertura do New York Times](#), entre outros grandes veículos de comunicação, sobre o [comício de Trump no Madison Square Garden](#). A mídia demonstrou claros excessos que distorcem o real contexto do evento. A reportagem destaca um tom alarmista, sugerindo que o comício foi palco de comportamentos extremistas e ameaçadores, mas as imagens e relatos de participantes sugerem uma reunião pacífica e organizada, onde apoiadores se expressaram dentro dos limites esperados de uma manifestação política.
- Logo, o sensacionalismo empregado no texto, enfatizando ações racistas, misóginas e xenofóbicas, não correspondeu à percepção da sociedade, tendo [o Trump alcançado fatia decisiva de votos dos negros, mulheres, jovens e hispânicos para consagrar sua vitória](#).

A Voz da Desconfiança e o Peso das Urnas

- Jeff Bezos, fundador da Amazon e proprietário do The Washington Post, publicou um [artigo](#) poucos dias antes das eleições, no qual reconhecia a perda de confiança na mídia e alertava para a necessidade de uma cobertura mais transparente e honesta. A mensagem de Bezos reflete uma autocrítica tardia, mas significativa, de que os excessos e as parcialidades podem ter consequências irreversíveis para a credibilidade jornalística.

“*Nas pesquisas públicas anuais sobre confiança e reputação, jornalistas e a mídia têm caído regularmente perto do fundo do poço, muitas vezes logo acima do Congresso. Mas na pesquisa Gallup deste ano, conseguimos cair abaixo do Congresso. **Nossa profissão é agora a menos confiável de todas. Algo que estamos fazendo claramente não está funcionando.***”

[Artigo “A dura verdade: os americanos não confiam na mídia”, por Jeff Bezos no jornal The Washington Post.](#) Publicado em 28/10/2024.



- Após a vitória de Trump, o comentarista da CNN, Scott Jennings, analisou o recado que as urnas trouxeram, reconhecendo os “exageros” cometidos pela classe jornalística. Jennings defendeu que muitos eleitores se sentiram incompreendidos e estigmatizados pela mídia, criando uma barreira entre as redações e a realidade das ruas. Seu comentário viralizou, simbolizando um momento de autoanálise para a imprensa norte-americana, que enfrenta agora a dura tarefa de reconquistar a confiança da sociedade.

“*Estou interpretando os resultados desta noite como a vingança apenas da classe trabalhadora americana comum, o americano anônimo, que foi esmagado, insultado, tratado com condescendência — eles não são lixo, não são nazistas, são apenas pessoas comuns que se levantam e vão trabalhar todos os dias e estão tentando dar uma vida melhor para seus filhos e sentem que lhes disseram para simplesmente calar a boca, quando reclamaram sobre as coisas que os machucam em suas próprias vidas.*”

Trecho da [análise](#) de Scott Jennings, no X.



Impactos da Desconexão Midiática no Contexto Político

- A distância entre a narrativa midiática e a realidade concreta tem implicações profundas, especialmente no cenário político. A insistência em uma cobertura que não refletia as percepções e experiências dos eleitores falhou em influenciar o resultado eleitoral, revelando que o poder de influência da mídia tradicional está em declínio. Em vez de moldar a opinião pública, a cobertura tendenciosa parece ter reforçado a desconfiança e, paradoxalmente, consolidado o apoio a Trump.
- Essa desconexão também alimenta movimentos de mídia alternativa, onde fontes de notícias independentes ganham força, muitas vezes apoiadas por plataformas digitais e redes sociais. Para muitos eleitores, esses canais alternativos oferecem um contraponto mais próximo de suas vivências, ao contrário da narrativa convencional. Esse fenômeno coloca a mídia tradicional diante de um dilema: como recuperar sua influência sem perder de vista a imparcialidade e a transparência?

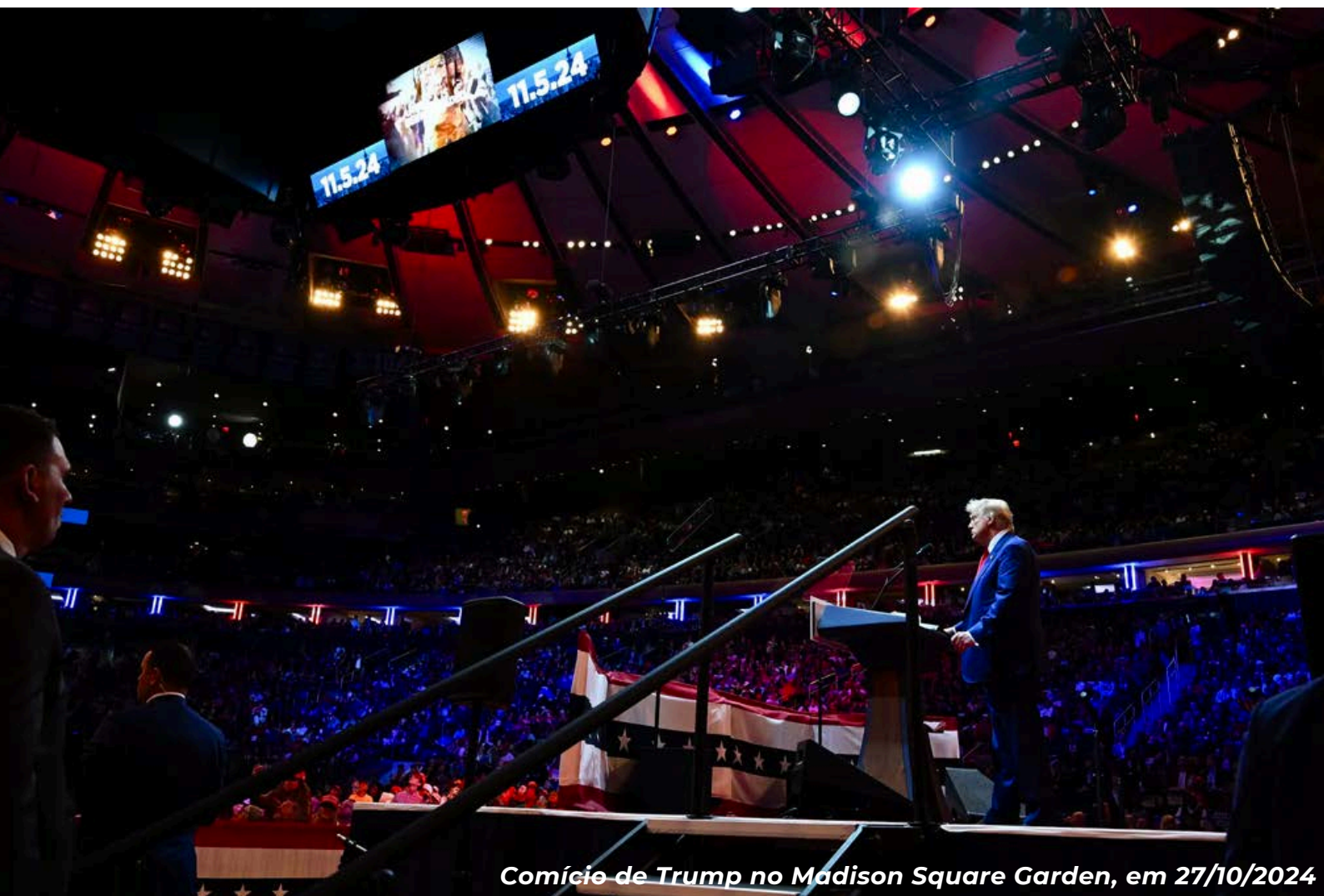
Conclusão: Que o exemplo norte-americano sirva para o Brasil

- A mídia norte-americana, ao ignorar os sinais de descontentamento e polarização, parece ter contribuído para o fortalecimento de um movimento contrário ao seu próprio discurso. O recado das urnas foi claro: a sociedade anseia por uma cobertura honesta, que reflita seus valores e preocupações reais, e não apenas uma narrativa pré-moldada.
- **A crise de credibilidade da mídia nos Estados Unidos também se repete no Brasil.** A percepção de uma cobertura tendenciosa tem desgastado o vínculo entre a imprensa e a sociedade, gerando um sentimento de desconfiança semelhante ao observado entre os norte-americanos. No caso dos Estados Unidos, parece ter havido reconhecimento dos erros por parte dos jornalistas. Esse reconhecimento deveria inspirar uma reflexão profunda no jornalismo brasileiro.
- **O Brasil vive sob um governo com imenso poder autodestrutivo. Gestão que prioriza a propagação de narrativas — endossadas pela grande mídia — em detrimento da entrega de serviços públicos cada vez piores, enquanto gasta o dinheiro do contribuinte de forma descontrolada e irresponsável.**
- Como consequência, apenas a vida dos "companheiros de partido" e das empresas amigas da corrupção é que melhoraram. A realidade do cidadão brasileiro, por outro lado, segue de mal a pior. Narrativas não enchem barriga, não reduzem a criminalidade, não educam, não reduzem a desigualdade, não controlam a inflação, não melhoram o ambiente de negócios, não atraem investimentos, não geram empregos e tampouco tratam as doenças.

- A insistência em uma abordagem descolada da realidade trará consequências também para a reputação da mídia ao cobrir as Eleições presidenciais de 2026 no Brasil: No final das contas, o candidato com a real capacidade de resolver os problemas do cidadão será o vencedor — e, a exemplo dos Estados Unidos, nada que a mídia faça poderá impedir isso.

“A maioria das pessoas acredita que a mídia é tendenciosa. Qualquer um que não veja isso está prestando pouca atenção à realidade, e **aqueles que lutam contra a realidade perdem.**”

[Artigo “A dura verdade: os americanos não confiam na mídia”, por Jeff Bezos no jornal The Washington Post.](#) Publicado em 28/10/2024.



Comício de Trump no Madison Square Garden, em 27/10/2024

A vitória de Trump e a dicotomia no posicionamento do governo brasileiro

Lula parabeniza Trump pela vitória, após declarar apoio a Kamala e sugerir que a vitória de Trump seria a volta do “facismo” e “nazismo”, durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos.

- Na última quarta-feira, o presidente Lula reconheceu a vitória de Donald Trump nas eleições americanas, em publicação nas redes sociais. No texto, Lula afirmou que a democracia é “a voz do povo” e que deve ser “sempre respeitada”. Antes do resultado, no entanto, o petista havia declarado publicamente seu apoio à candidata Kamala Harris durante a campanha.



“Meus parabéns ao presidente Donald Trump pela vitória eleitoral e retorno à presidência dos Estados Unidos. A democracia é a voz do povo e ela deve ser sempre respeitada. O mundo precisa de diálogo e trabalho conjunto para termos mais paz, desenvolvimento e prosperidade. Desejo sorte e sucesso ao novo governo.”

Presidente Lula, [no X](#).

- A quatro dias da eleição, Lula associou Trump aos ataques ao Capitólio de 6 de janeiro de 2021, evento que gerou investigações criminais, “nós vimos o que foi o presidente Trump no final do mandato, fazendo aquele ataque contra o Capitólio, uma coisa impensável de acontecer nos EUA, que se apresentava ao mundo como modelo de democracia. E esse modelo ruiu”, disse Lula em entrevista à TF1, emissora francesa, no dia 1º de novembro.
- O petista afirmou que a vitória de Harris seria mais segura para fortalecer a democracia nos EUA, destacando que o ataque ao Capitólio abalou a imagem dos Estados Unidos como modelo democrático e que uma possível vitória do republicano representaria a volta de um “nazismo e fascismo com outra cara”.



“Agora temos o ódio destilado todo santo dia, as mentiras, não apenas nos EUA, na Europa, na América Latina, vários países do mundo. É o fascismo e o nazismo voltando a funcionar com outra cara. Como sou amante da democracia, acho a coisa mais sagrada que nós humanos conseguimos construir para bem governar o nosso país, obviamente estou torcendo para Kamala ganhar as eleições”, completou o presidente.

- Após a vitória de Trump, o assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais, Celso Amorim, afirmou que o apoio de Lula à candidata Kamala Harris foi "discreto" e ressaltou que o presidente brasileiro nunca fez críticas ao novo presidente eleito dos Estados Unidos.



“Acho que a expressão usada por Lula de simpatia por Kamala foi discreta e não falou mal de Trump”

Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República.

- Assessores de Donald Trump tomaram conhecimento das declarações de Lula, nas quais comparou o republicano à "volta do fascismo e do nazismo". De acordo com os jornalistas Paulo Cappelli e Augusto Tenório, a entrevista foi compartilhada com os assessores de Trump por políticos brasileiros durante uma reunião na Flórida. No entanto, ainda não se sabe qual foi a reação da equipe de Trump nem quais consequências essas declarações podem gerar.
- Em junho, durante entrevista à rádio Itatiaia, Lula afirmou que o então candidato do Partido Democrata, Joe Biden, seria uma opção mais adequada para a presidência dos Estados Unidos.
- Alguns aliados de Lula também reagiram à vitória de Trump. O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, criticou Trump nas redes sociais: *“A mais rica nação do mundo elegeu um presidente que cultiva os piores valores humanos”*. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, declarou que a eleição do empresário representa um *“sinal de alerta para o campo democrático”*. Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que *“o dia amanheceu mais tenso”* após o resultado das eleições nos Estados Unidos.

2

TRANSPARÊNCIA E
GOVERNANÇA

Loteamento de cargos no governo federal

Desde o retorno do PT à presidência, a ocupação de cargos de confiança por filiados aumentou para 9% do total. Estudo do IPEA sugere que prática similar ocorreu nos governos anteriores do PT. Parte dessa conduta pode ser explicada por uma cláusula do Estatuto do Partido, que obriga filiados a repassarem parcela de seus salários ao partido. A "partidocracia" petista é reforçada com a atual proposta de aumento nos salários dos cargos comissionados, beneficiando diretamente a militância e o próprio partido.

Análise

- De acordo com [levantamento realizado pelo veículo "O Globo"](#), desde o retorno do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, a ocupação de cargos de confiança por membros filiados ao partido aumentou para 9% do total. Para fins comparativos, a reportagem menciona que durante o governo Bolsonaro, o PL detinha apenas 1% dos cargos comissionados.



- Cumpre destacar que o [Estatuto do PT](#) prevê que os filiados que ocupam cargos comissionados deverão realizar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a um percentual sobre o valor líquido da remuneração recebida.

Art. 184. Filiados e filiaidas ocupantes de cargos comissionados, eletivos, dirigentes partidários ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a um percentual do total líquido da respectiva remuneração mensal, conforme tabela a que se refere o artigo 187 deste Estatuto.

- Após análise da tabela de contribuição mensal exigida dos filiados ocupantes de cargos de confiança na esfera federal, constatou-se que a porcentagem do salário pode chegar a até 8% do valor líquido percebido pelo filiado, segundo [Resolução de 08/07/2023](#).

CARGOS DE CONFIANÇA		
SALÁRIO BRUTO	% ATUAL	% NOVO
Até 6 salários mínimos (SM)	2%	2%
Acima de 6 até 10 SM	3%	3%
Acima de 10 até 15 SM	5%	4%
Acima de 15 até 20 SM	8%	6%
Acima de 20	10%	8%

- Salientamos que o loteamento de cargos de livre nomeação é um padrão recorrente nos governos do PT. O estudo de Lopez e Silva (2019) revela o aparelhamento partidário anômalo da máquina pública, destacando a reserva dos cargos DAS mais elevados da Esplanada para membros do próprio partido no PT em todos os seus governos.

Tabela 2. Número e percentual de nomeados filiados ao partido do presidente - para os cargos de DAS 5 e 6.

Governo	Nº de filiados	% filiados
Lula I	275	65
Lula II	236	57
Dilma II	142	56
Dilma I	248	53
FHC II	51	31
Temer	89	26

Fonte: Lopez e Silva (2019)¹, com adaptações.

- Em um movimento alinhado aos interesses da "partidocracia", [o governo federal anunciou um reajuste de até 69%](#) para os rendimentos de cargos comissionados e gratificações, a ser implementado em 2025 e 2026.
- Os aumentos mais expressivos, entre 17% e 30% ao ano, beneficiarão os cargos do alto escalão, cujos salários terão um aumento de 69%, passando de R\$18.887,14 para R\$31.919,27 até 2026.
- O impacto orçamentário da mudança será de R\$1,34 bilhão, reforçando uma prática de distribuição de privilégios em tempos de crescente pressão fiscal. Estimamos, com caráter meramente ilustrativo, que o aumento proposto proporcionará ao caixa do partido um incremento de até R\$ 9,6 milhões.

¹ LOPEZ, Felix; SILVA, Thiago Moreira da. Filiações partidárias e nomeações para cargos da burocracia federal (1999-2018). Revista de Administração Pública, v. 53, n. 4, p. 711-731, 2019.



O novo capítulo das pedaladas na Telebrás

A estatal reconheceu ao TCU uma "pedalada fiscal" de R\$ 77 milhões em 2024 e aumentou o déficit previsto para R\$ 184 milhões em 2025, usando indevidamente despesas de exercícios anteriores. Apesar da crise financeira, a Telebrás assumiu novos compromissos sem respaldo orçamentário..

Análise

- Conforme [noticiado pelo UOL](#), a Telebras admitiu ao Tribunal de Contas da União (TCU) ter realizado uma "pedalada fiscal" de R\$ 77 milhões, adiando para 2024 despesas previstas para 2023. Após a revelação do caso, o governo teria liberado R\$ 80 milhões para sanear o problema, valor que, segundo a estatal, ainda seria insuficiente.



- Além disso, na oportunidade a Telebras informou ao TCU uma projeção de déficit de R\$ 184 milhões para 2025, o dobro do observado atualmente, sinalizando um agravamento da situação financeira desencadeado pelo uso irregular do mecanismo de despesas de exercícios anteriores (DEA).
- Em sua defesa, conforme documentos a que a reportagem teve acesso, a estatal afirmou ter enviado diversas solicitações de recursos aos Ministérios das Comunicações e do Planejamento, e ao Senado Federal, entre as quais algumas foram negadas e outras não respondidas. E, desse modo, justificou a infração como saída para evitar o comprometimento da continuidade dos serviços e políticas de conectividade.

A Telebras relatou ao TCU ter enviado sete solicitações aos ministérios das Comunicações e do Planejamento e ao Senado, em 2023, para aumentar o orçamento da empresa — três foram negados, e quatro, não respondidos. A destinação de verba para cada setor é uma decisão técnica e política.

Sem os recursos, a Telebras disse que usar a ferramenta DEA foi "inevitável". De acordo com a estatal, os valores solicitados garantiriam "a continuidade dos serviços aos clientes" e "políticas públicas de conectividade e segurança do Estado brasileiro".

- A partir dessas declarações, vislumbram-se indícios de uma intenção deliberada de cometer infração contábil-financeira, respaldada por justificativa controversa, sobretudo considerando as negativas reiteradas do órgão supervisor, conforme relato da própria Telebrás.
- Verifica-se mais um grave desvio na administração da estatal, que, mesmo ciente de sua precária situação financeira, assumiu novos compromissos sem a devida previsão orçamentária ou respaldo financeiro. Esse fato foi reconhecido pela própria gestão em comunicação ao TCU, revelando inépcia e ingerência na administração da coisa pública.

A empresa fechou, contudo, contratos milionários com dois fornecedores entre dezembro de 2023 e fevereiro deste ano. Uma planilha entregue ao TCU indica que a estatal não tem orçamento para executar essas despesas e precisa que o governo libere R\$ 59 milhões. Caso queira rescindir os dois acordos, terá de pagar R\$ 31 milhões em multa.

Procurada, a Telebras respondeu apenas que mantém contratos "necessários para garantir a execução das atribuições legais da empresa em relação ao cumprimento de políticas públicas de inclusão digital e serviços críticos e essenciais para a população".

Ao TCU, a companhia relatou que um antigo fornecedor já manifestou à empresa "desinteresse na manutenção do vínculo contratual diante do longo período sem pagamento das obrigações assumidas".

- Nesse contexto, entendemos que há elementos no caso que apontam para violação de dispositivos constitucionais e legais do nosso ordenamento jurídico. Primeiramente, o Art. 167, inciso II, da [Constituição Federal de 1988](#) proíbe o governo de gastar além do limite autorizado no orçamento anual aprovado, impedindo despesas que excedam o valor previsto.

Art. 167. São vedados: (...)

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

- Disciplinando as despesas de exercícios anteriores, o [art. 37 da Lei nº 4.320/1964](#) considera que são as dispêndio com orçamento aprovado e saldo disponível, porém não quitadas a tempo, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida, observando-se, sempre que possível, a ordem cronológica para seu pagamento.

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais **o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento**, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

- Entende-se que, no caso em questão, a aplicação não seria cabível, considerando que as obrigações ultrapassaram os créditos autorizados e não contavam com dotação orçamentária para sua execução. Tal circunstância configura uma clara violação aos dispositivos legais que regem a execução orçamentária e o respeito aos limites fixados na legislação vigente.

3

ECONOMIA

Os riscos e a urgência do pacote de gastos do governo

Governo demora para anunciar pacote de gastos, mesmo pressionado por cenário externo e consolidação da percepção de descontrole das contas públicas. Os riscos de um pacote que aposte na receita arrecadatória adotada até agora é a deterioração das contas públicas e a explosão da dívida pública.

Riscos do pacote de corte de gastos

- O maior risco do pacote fiscal é que ele seja “mais do mesmo”. Até agora, a estratégia do governo foi aumentar despesas e correr atrás de receitas para custeá-las. [O resultado disso é o déficit acumulado de R\\$ 105,2 bilhões que observamos hoje.](#) **Atualmente, não há nem equilíbrio fiscal e nem sustentabilidade da dívida pública.**



- **Caso o governo insista em aumentar receitas e não controlar as despesas, não há como o pacote dar certo. Para a Liderança da Oposição, estes são os maiores riscos do pacote fiscal:**

1 - Fazer “mais do mesmo”, ou seja, arrecadar mais sem controlar os gastos.

2 - No âmbito de corte de gastos, focar apenas em cortes de gastos tributários. Na prática, isso não é controle de despesas e sim aumento de receitas, já que se passa a cobrar um tributo atualmente reduzido ou zerado.

3 - Fundamentar o pacote somente no controle futuro da despesa. Entendemos que esse ponto é importante, porém é necessário adereçar o controle da base de gastos e não apenas o crescimento das despesas. Reduzir a despesa futura tem mérito para a trajetória da dívida, mas não dá uma resposta para o aumento da base de gastos de mais de R\$ 400 bilhões.

4 - Focar o controle apenas em gastos obrigatórios de saúde, educação, trabalho e previdência e não resolver gastos exagerados com o PAC, o déficit das estatais e/ou desperdícios de recursos públicos com privilégios e ineficiências.

5 - Contar com mais exceções ao arcabouço fiscal e, por consequência, aprofundar o descolamento da meta de resultado primário do resultado efetivo das contas públicas.

A insistência nesses pontos fará com que o pacote seja ineficaz em seu objetivo de estabilizar as expectativas e a trajetória da dívida pública.

Juros

- A decisão recente do Banco Central de elevar a Selic em 0,5 ponto percentual, alcançando 11,25%, revela uma postura clara de preocupação com o cenário fiscal e inflacionário do Brasil.
- Este ajuste reflete a necessidade de conter pressões inflacionárias e ancorar as expectativas do mercado, em um contexto no qual o governo ainda não apresentou um pacote fiscal robusto o suficiente para convencer os agentes econômicos de uma trajetória sustentável de endividamento e controle de gastos.

- A pressão sobre o BC intensificou-se nos últimos dias, já que a inflação atual [excedeu o teto da meta de inflação](#), com aumento sobretudo nas carnes e na energia. De acordo com o [Boletim Focus](#), as projeções de inflação para 2026 subiram para 4,03%. Com isso, [alguns analistas já preveem](#) que a Selic possa atingir 13%.

Pressões do Cenário Fiscal nos Juros

- **O quadro fiscal atual é um dos principais componentes da necessidade de juros mais altos.** Para [o economista José Júlio Senna](#), o BC enfrenta sérias restrições para estimar o patamar de juros necessário para estabilizar a inflação. O peso da expansão fiscal nos últimos anos tornou o impacto dos gastos públicos tão pronunciado que impede uma previsibilidade efetiva sobre a convergência das expectativas inflacionárias.
- Isso foi admitido pelo próprio Banco Central, que enfatizou em suas comunicações que uma política fiscal robusta e crível, com medidas estruturais claras para a contenção de despesas, seria fundamental para reduzir a pressão sobre a Selic e, conseqüentemente, sobre a economia como um todo.
- O desafio central é a ausência de medidas estruturais. Embora o governo tenha indicado intenções de controlar o crescimento futuro das despesas, analistas destacam que essas iniciativas não enfrentam a base elevada dos gastos, que acumularam uma alta superior a R\$ 400 bilhões. Medidas paliativas de contenção de despesas temporárias não são suficientes para reancorar as expectativas de inflação.



Impacto do Cenário Internacional e a Pressão do Dólar

- A recente vitória de Donald Trump nas eleições americanas sinaliza um cenário global de juros elevados que afeta diretamente economias emergentes como o Brasil. A valorização do dólar, que alcançou R\$ 5,86, reflete tanto esse efeito quanto o cenário fiscal frágil que o Brasil vem vivendo.
- A alta do dólar impacta diretamente na inflação, pois afeta produtos essenciais como combustíveis, bens duráveis e alimentos. Este efeito amplifica a inflação doméstica e exige uma política monetária mais restritiva para conter a desvalorização cambial e suas repercussões inflacionárias. Com a expectativa de juros elevados nos Estados Unidos, o Brasil precisa adotar um pacote fiscal forte para conter a fuga de capitais e assegurar uma ancoragem mais sólida das expectativas.
- Esse cenário de política monetária restritiva nos EUA representa uma carga adicional para o BC, que já opera em um ambiente de risco elevado e com pressões inflacionárias sustentadas. A [economista Ana Paula Vescovi](#), do Santander, destaca que o Brasil precisa "jogar junto" com o BC, adotando políticas fiscais que reforcem a confiança do mercado e evitem cenários extremos de dominância fiscal, em que a política fiscal dita os limites de atuação do BC.

Impacto do Cenário Internacional e a Pressão do Dólar

- O Comitê de Política Monetária (Copom) destacou em sua comunicação que a adoção de medidas fiscais estruturais pelo governo é imprescindível para a ancoragem das expectativas de inflação e a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros brasileiros.
- A combinação de juros elevados e uma política fiscal expansionista não é sustentável e pode provocar desequilíbrios macroeconômicos. Sem um ajuste coordenado entre as políticas fiscal e monetária, o governo corre o risco de retroceder no crescimento e na estabilidade econômica do país.
- Por isso, é necessário que o pacote de gastos tenha um aspecto estrutural e controle a base de despesas expandida provocada pela atual gestão. Controlar a despesa futura e abandonar a contabilidade criativa também trariam melhora das expectativas e no desempenho econômico do país.

4

AGRO

PL dos Bioinsumos: Urgência na aprovação para o futuro sustentável da agropecuária brasileira

O Brasil lidera o uso de fertilizantes e defensivos biológicos, com ampla adoção entre agricultores, o que torna urgente a aprovação dos Projetos de Lei 658/2021 e 3.668/2021 tramitando na Câmara. Sem uma nova lei ou a revogação do veto presidencial nº 65 (Lei do autocontrole), a produção própria de bioinsumos será ilegal em 2025, afetando pequenos agricultores e produtores orgânicos.

Contexto

- O Brasil ocupa a liderança global no uso de defensivos biológicos, abrangendo mais de 23 milhões de hectares tratados em 2023, conforme dados do MAPA. Atualmente, mais de 60% dos agricultores brasileiros utilizam biopesticidas e biofertilizantes. Por isso, é urgente que o [PL 658/2021](#) e [PL 3668/2021](#) (apensado), em tramitação na Câmara dos Deputados, sejam votados.



- A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) destaca que trabalha para resolver um conflito legislativo: de acordo com o [Decreto nº 6.913/2009](#), a produção própria de bioinsumos está autorizada apenas até dezembro de 2024. Caso não se aprove uma nova lei sobre bioinsumos ou se derrube o [Veto nº 65/2022](#) da Lei do Autocontrole (Dispositivo 65.22.001¹), a produção *on farm* se tornará ilegal a partir de janeiro de 2025, impactando muitos pequenos agricultores e produtores orgânicos. A prática passará a ser penalizada com prisão de 3 a 9 anos, além de multa.
- A regulamentação da produção e uso de bioinsumos é uma medida vital para o fortalecimento do setor agropecuário brasileiro. O [substitutivo](#) ao PL 658/2021 (e PL 3668/2021 apensado), em tramitação na Câmara, estabelece um marco regulatório robusto e inclusivo, abrangendo desde o pequeno produtor até as grandes cooperativas e empresas do setor.
- Este projeto busca promover um ambiente seguro e competitivo para a produção e comercialização de bioinsumos, essenciais para práticas agrícolas mais sustentáveis e economicamente viáveis. Mais de 50 instituições de renome do Agro assinaram [manifesto](#) que ressalta a importância de consolidar este arcabouço legal para garantir segurança jurídica e viabilizar o uso responsável de bioinsumos no Brasil.

Análise do Projeto de Lei dos Bioinsumos

- O Projeto de Lei dos Bioinsumos, em sua [versão substitutiva](#), apresenta uma proposta clara e abrangente para regulamentar aspectos essenciais como produção, comercialização, fiscalização, e até incentivos ao uso de bioinsumos em várias vertentes produtivas — agrícola, pecuária, aquícola e florestal. A proposta visa assegurar que o setor agropecuário possa usufruir dos bioinsumos, garantindo que práticas agrícolas sustentáveis se tornem acessíveis e seguras.
- Além de **regulamentar a produção comercial e o uso próprio dos bioinsumos**, o PL reforça as exigências de boas práticas e o controle de qualidade para biofábricas e unidades de produção familiar, cooperativa e empresarial. Estabelece também incentivos econômicos, como taxas de crédito rural diferenciadas, para fomentar a adoção de bioinsumos pelos produtores rurais, contribuindo para o avanço da bioeconomia e da sustentabilidade no campo.

¹ 65.22.001 - "caput" do art. 24

São isentos de registro os insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural para uso próprio, vedada a comercialização dos referidos insumos sob qualquer forma.

- O PL promove ainda a proteção de métodos tradicionais, assegurando que pequenos produtores, comunidades indígenas e agricultores familiares possam seguir com suas práticas de produção de bioinsumos adaptadas à realidade local e ao saber tradicional, reconhecendo sua importância para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Conclusão

- A aprovação do PL dos Bioinsumos é urgente para que o Brasil acompanhe a tendência global de uma agricultura sustentável e menos dependente de insumos químicos. Ao garantir um marco regulatório específico, o Congresso estará promovendo segurança jurídica, fomentando a inovação no setor e protegendo práticas tradicionais. Recomenda-se que o parlamento priorize a votação deste projeto, para assegurar ao produtor brasileiro uma ferramenta essencial no avanço da sustentabilidade agrícola.

